

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais - CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

VITORUGO DE OLIVEIRA MANIQUE

PRONAF: alocação dos recursos por município

BRASÍLIA - DF

2016

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Roberto de Góes Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

VITORUGO DE OLIVEIRA MANIQUE

PRONAF: alocação dos recursos por município

Trabalho de conclusão de curso (Monografia) apresentado a banca avaliadora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade como requisito para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert.

BRASÍLIA - DF

2016

MANIQUE, VITORUGO DE OLIVEIRA

Pronaf: alocação dos recursos por município/ VITORUGO -- Brasília, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert

Trabalho de conclusão de curso (Monografia - Graduação) - Universidade de Brasília, 1º semestre letivo de 2016.

Bibliografia

1. Pronaf, 2. Agricultura Familiar, 3. Safra, 4. Recursos

I. Wilbert, Marcelo Driemeyer. II. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. III. PRONAF: alocação dos recursos por município.

Dedico este trabalho aos meus
pais, Pedro e Raimunda e ao
meu primo-irmão Leandro (in
memorian).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de cumprir essa jornada com esmero. Aos meus pais pelo apoio e incentivo durante esse caminho. Aos meus amigos que fiz ao longo dessa vida acadêmica. Ao professor Marcelo Wilbert pelos incentivos e apoio nesse trabalho. A todo o corpo docente e a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a minha formação.

RESUMO

O trabalho analisou a alocação, por meio da evolução da distribuição geográfica, em nível de município e região, dos recursos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, tendo como base focal os dados geográficos da agricultura familiar, extraídos do Censo Agropecuário de 2006. A abordagem do trabalho foi dividida em cinco partes: introdução, referencial teórico - que abordou o contexto histórico e atual do Pronaf, mostrou o panorama da agricultura familiar e exibiu alguns trabalhos relacionados ao programa - metodologia, resultados e as considerações finais. Para a análise, foram utilizados, como base principal, os dados econômicos das safras 2005/2006 até a de 2014/2015, comparada com a distribuição geográfica dos estabelecimentos familiares rurais brasileiros. Com isso, teve como resultados principais, que: a região Sul foi a que mais recebeu recursos do programa, a região Nordeste foi a que teve a maior quantidade de contratos e, também, foi a região que mais teve a maior quantidade de contratos proporcionalmente a quantidade de estabelecimentos rurais familiares.

Palavras Chave: Pronaf. Agricultura Familiar. Safra. Recursos.

ABSTRACT

The study analyzed the allocation, through the evolution of the geographical distribution at the level of county and region, the resources for the National Program for Strengthening Family Agriculture - Pronaf, with the focus based on the geographic data of family farming, taken from the Agricultural Census 2006. The work approach was divided into five parts: introduction, theoretical - that addressed the historical and current context of Pronaf, showed the panorama of family farming and exhibited some works related to the program - methodology, results and final considerations. For the analysis, it was used as the main base, the economic data of the harvests from 2005/2006 to the 2014/2015 compared with the geographic distribution of Brazilian rural family farms. Thus, the study had the main results that: the South was the one that received the program resources, the Northeast was the one that had the highest number of contracts and also was the region that had the highest number of contracts in proportion the number of family farms.

Key Words: Pronaf; Family Farming; Crop; Whrewithal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor total por região	30
Tabela 2 – Quantidade de contratos	32
Tabela 3 – Valor médio dos contratos por região	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Enquadramento dos participantes do Pronaf	16
Quadro 2 – Resumo dos trabalhos aplicados	19
Quadro 3 – Resumo das variáveis estudadas	23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor total de crédito do Pronaf por safra	26
Gráfico 2 – Total de contratos do Pronaf por safra	27
Gráfico 3 – Valores médios por contrato do Pronaf por safra	27
Gráfico 4 – Valor total por região	29
Gráfico 5 – Quantidade de contratos por região	32
Gráfico 6 – Valor médio dos contratos por região	34
Gráfico 7 – Proporção da quantidade de contrato por estabelecimento, por região	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivo	13
1.2 Dados e métodos de análise	13
1.3 Estrutura do trabalho	14
2 REFERENCIAL TEORICO	15
2.1 Pronaf	15
2.2 Políticas públicas e o Pronaf	17
2.3 Revisão de estudos aplicados	18
3 METODOLOGIA	22
3.1 Dados	22
3.2 Métodos de Análise	23
4 RESULTADOS	26
4.1 Evolução do Pronaf	26
4.2 Análise da distribuição da agricultura familiar	28
4.3 Análise da distribuição dos recursos do Pronaf	29
4.4 Resultados – comentário	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

1 INTRODUÇÃO

Conforme dados da Presidência da República (2015), em 2014, o setor agropecuário brasileiro foi responsável por 23% do total do Produto Interno Bruto (PIB), o que representa cerca de R\$ 1,1 trilhão das riquezas produzidas no Brasil.

Ainda segundo o IBGE (2006), o País tem 5.175.639 estabelecimentos rurais, totalizando uma área de 333.680.037 hectares, sendo que, cerca de 84% dos estabelecimentos são destinados a agricultura familiar, que representa 24% da área rural, o que garante um lugar representativo na atividade rural brasileira.

Levando o foco para o panorama mundial, o relatório da agricultura familiar feito pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO*) (2014), existem mais de 500 milhões de propriedades rurais familiares no mundo e são elas que garantem a sustentabilidade alimentar mundial e é a espinha dorsal da agricultura de muitos países.

Então, tendo em vista a representatividade da atividade rural brasileira, foi criado para dar suporte a agricultura familiar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015), desde a sua criação em 1995, emprestou cerca de 158 bilhões de reais até o final da safra 2014/2015 distribuídos em cerca de 27 milhões de contratos.

1.1 Objetivo

O objetivo do presente estudo é verificar se a distribuição dos recursos do Pronaf, ao longo das safras dos anos de 2005/2006 até a safra dos anos de 2014/2015 coincide com a distribuição territorial da agricultura familiar no país.

1.2 Dados e método de análise

Para analisar o objetivo proposto pelo trabalho, foi verificada se alocação dos recursos está correta, tendo como base a distribuição geográfica, em nível de município, dos estabelecimentos rurais brasileiros. Para a distribuição geográfica, foram utilizados os dados

do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. E para os dados econômicos do Pronaf, foram utilizados dados do relatório Brasil do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

1.3 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido em quatro seções: Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Conclusões Finais.

No Referencial Teórico é apresentados conceitos sobre o Pronaf, a relação com as políticas públicas e revisão de estudos aplicados.

Na Metodologia, tem-se a explicação das variáveis usadas nesse trabalho e como foi feita a análise dos dados.

A seção Resultados contém o conteúdo da análise das variáveis e seus respectivos resultados. E nas Conclusões Finais é feito um pequeno comentário sobre o que foi discorrido nesse estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, é apresentadas informações sobre o programa em análise desde a criação do Pronaf até a sua forma atual, além da sua relação com as políticas públicas e uma revisão de estudos relacionados ao tema em questão.

2.1 Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, é um programa criado pelo Governo Federal por meio da Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.191, de 24 de agosto de 1995 e que atualmente é administrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, conforme as diretrizes do Decreto nº 4.854 (BRASIL, 2003).

De acordo com o conceito do Banco Central do Brasil (BACEN, 2015), “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.”.

Ainda, com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016, o programa financia projetos individuais e coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados, com baixas taxas juros. Para conseguir tal feito, o programa possui taxas de juros subsidiadas pela União, e as condições dos empréstimos sempre levam em consideração as condições impostas pelo Plano Safra em vigência.

Atualmente o Pronaf, baseado nos dados do Plano Safra 2014/2015, teve 1.899.060 de contratos, com um montante de aproximadamente R\$ 23,9 bilhões emprestados, o que representa cerca de 99,31% do total de crédito disponibilizado para a agricultura familiar.

De forma concisa, o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES (2016) descreveu que o Pronaf, atualmente, tem como objetivo o “apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a

promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural.”

O Pronaf surgiu em 1996 para tentar solucionar parte dos problemas relacionados a políticas públicas dos assentamentos – até então existia o Procera, que era o programa de financiamento as famílias assentadas – e atender as necessidades dos agricultores familiares. Assim, com a criação do Pronaf, o governo extinguiu o Procera e instituiu em um único programa uma política de financiamento aos assentados e aos agricultores familiares, tentando sempre separar eles em grupos específicos, de acordo com as suas necessidades, condições sociais e financeiras.

Conforme as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2016), para participar do programa, o agricultor deve ter um projeto que tenha capacidade de gerar renda para a família e/ou para os assentados. Os recursos podem ser destinados para o custeio da safra, atividade agroindustrial, compra de máquinas e equipamentos ou para infraestrutura. Os agricultores devem ter uma renda anula bruta de até R\$ 360 mil, fazer parte de unidades familiares de produção rural e comprovar o seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa, enquadrando-se em um dos grupos do quadro 1.

Ainda conforme Bacen (2015), o crédito pode se destinar para: custeio, investimento ou integralização. E eles podem ser obtidos através de uma dessas linhas de crédito: Pronaf Custeio, Pronaf Mais Alimentos – Investimento, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Pronaf Cota-Parte e Microcrédito Rural. Lembrando que cada um tem as suas especificidades e são destinados a grupos específicos.

Quadro 1 – Enquadramento dos participantes do PRONAF.

Grupo A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.	
Grupo B	Beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.	
Grupo A/C	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que:	a) Tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";
		b) Não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".
Agricultores familiares que:	a) Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas;	
	b) Residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;	

	c) Não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;	
	d) Obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;	
	e) Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;	
	f) Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.	
Demais beneficiários	Atendam, no que couber, às exigências previstas no tópico anterior, “Agricultores familiares”, e que sejam:	a) Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
		b) Aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d’água ou ocupem até 500 m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;
		c) Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes.
	Se enquadrem nos itens "a", "b", "d", "e" e "f" do tópico “Agricultores familiares” e que sejam:	a) Extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
		b) Integrantes de comunidades quilombolas rurais;
		c) Povos indígenas;
		d) Demais povos e comunidades tradicionais.

Fonte: Elaboração própria com base em Bacen (2015).

2.2 Políticas públicas e o Pronaf

Como dito anteriormente, o Pronaf é um programa criado para estimular a atividade rural brasileira. Mas o que leva o governo a querer fomentar essa fatia da economia? Para responder esse questionamento, é preciso entender a razão da existência do governo.

Para Giambiagi e Além (2000), “a existência do governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas.”. Portanto, pode-se inferir, conforme dados de apresentados por GIAMBIAGI (2011), de forma singela, que um dos papéis do governo é criar, por meio de intervenções, ambientes favoráveis para o desenvolvimento do território que está sob a sua jurisdição. Como exemplo de intervenções, têm-se os famosos planos de estabilização da

economia brasileira entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade de 1990, como os frustrados, Plano Cruzado, em 1986, e o Plano Verão, em 1989, passando para o até então bem-sucedido Plano Real, em 1994.

Essas intervenções ocorrem por conta de falhas no sistema de mercado. Essas falhas são causadas por certas circunstâncias, que segundo Giambiagi e Além (2000), são classificadas em:

- a) A existência de bens públicos;
- b) A falha de competição que se reflete na existência de monopólios naturais;
- c) As externalidades;
- d) Os mercados incompletos;
- e) As falhas de informação; e;
- f) A ocorrência de desemprego e inflação.

Pode-se imaginar que o mercado de crédito para agricultores familiares não fosse algo contemplado pelo sistema bancário privado. Assim, a criação do Pronaf serviu para corrigir esta falha de mercado, a de mercado incompleto, em que existia uma demanda não atendida. Outra questão é de que, dada a importância da agricultura familiar conforme evidenciado por FAO (2014) e IBGE (2016), a oferta de crédito para os agricultores familiares pode estimular a produção de alimentos, beneficiando os próprios produtores, mas também gerando externalidades para a sociedade.

A necessidade e a relevância de se intervir nessa parcela de mercado é nitidamente compreendida quando se olha os números da atividade rural brasileira, pois, conforme dados do censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), os pequenos agricultores representam cerca de 84% dos estabelecimentos rurais e tem participação em 37% da produção agrária do país.

Logo, instituir políticas públicas voltadas para essa parcela da população, não só garante o desenvolvimento da agricultura, mas também o desenvolvimento de áreas correlatas e da população que se beneficia da atividade rural de forma indireta.

2.3 Revisão de estudos aplicados

A fim de elucidar sobre a situação dos estudos aplicados ao Pronaf e a políticas públicas ligadas ao pequeno agricultor, esta seção traz um resumo de alguns trabalhos que se propuseram avaliar o assunto.

Dentre os estudos abordados como base para este trabalho, destacam-se dois que se propuseram analisar a atuação do Pronaf de forma econômica, que são: Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009), BATISTA e NEDER (2014) e o estudo de SOUZA e NEY (2014), Evolução da distribuição dos financiamentos do Pronaf entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009.

O trabalho feito por BATISTA e NEDER, explica o efeito do Pronaf sobre a pobreza rural. Partindo de constatações de vários artigos, concluí-se que os resultados e conclusões da literatura não têm consenso, dentre os exemplos que são apontados estão: que o programa não tem relação com o aumento da renda e que o Pronaf tem a capacidade de manter e estabilizar os níveis de empregos. Mas segundo uma das conclusões dos próprios autores, o Pronaf, indiretamente, explica a redução da pobreza rural brasileira.

Já o trabalho de SOUZA e NEY (2014), fala da distribuição dos financiamentos e constatou que eles estão concentrados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. Segundo os autores, a hipótese mais provável para esse cenário é que, segundo palavras dos próprios autores “o limite da renda bruta anual, para fins de enquadramento de agricultores no programa, vem facultando aos agricultores mais capitalizados, e também às regiões que os concentram, a apropriação de parcela crescente dos recursos”.

Segue, no quadro 2, o resumo dos trabalhos, usados como base desse estudo, aplicados ao Pronaf e a políticas públicas:

Quadro 2 – Resumo dos trabalhos aplicados. (continua)

Trabalho	Objetivo	Período	Variáveis	Método	Resultados
MAGALHÃES; NETO; DIAS; BARROS (2004)	O objetivo foi avaliar a experiência do PRONAF entre os agricultores do Estado de Pernambuco.	Informações sobre os agricultores que tomaram crédito de 1998 a 2001 e os seus desempenhos agrícolas de 2001.	Valor da produção; Valor da produção por hectare; Valor da produção por pessoa engajada na produção.	Pesquisa de campo; Estimativa de viés corrigida com a utilização do método de <i>Propensity Score</i> .	Indicou que o PRONAF mostrou-se pouco eficaz em Pernambuco no período de avaliação do estudo.
FERREIRA; SOUZA; PONCIANO; CARVALHO (2003)	O trabalho analisou a importância do cultivo de frutas como alternativa para o aumento de renda da agricultura familiar, no contexto dos financiamentos concedidos pelo PRONAF.	Não consta	Área utilizável das propriedades; Capital próprio; Disponibilidade de mão-de-obra.	Realização de entrevistas com cinco produtores de cada grupo (A, B e C) representativo da região.	Concluiu que as variáveis tamanho da área e disponibilidade de mão de obra não foram limitantes na maximização do saldo final. Os recursos financeiros foram identificados como a variável que mais limita a obtenção de margem bruta.

Quadro 2 – Resumo dos Trabalhos Aplicados. (continuação)

Trabalho	Objetivo	Período	Variáveis	Método	Resultados
ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS (2004)	Descrever as crenças de pequenos agricultores e de agentes do INCRA sobre políticas direcionadas para o desenvolvimento rural.	Informações colhidas em 2002, na Paraíba.	Levantar as crenças e expectativas dos assentados e agentes de desenvolvimento rural.	Roteiro de entrevista.	Os dois grupos de participantes creem que o PRONAF traz poucos benefícios, maior dificuldade na fora de pagamento, morosidade na aprovação dos projetos e na liberação do fomento, em comparação com o programa de crédito anterior, o PROCERA.
ROCHA; ALBUQUERQUE; COELHO (2008)	Avaliar a intenção de pagamento de crédito com base no ponto de vista de beneficiários dos Grupos A e B do Pronaf, tomando como referencial teórico o modelo da Teoria da Ação Planejada (TAP).	Não mencionado.	Levantamento de crenças e a medição dessas crenças num segundo momento.	Foram levantadas as crenças dos beneficiários sobre o Pronaf por meio de um delineamento correlacional, com amostragem não probabilística.	A intenção de pagamento do crédito é determinada, mesmo que parcialmente, por fatores que vão além da vontade da pessoa, como fatores sociais, como exemplo, a opinião do cônjuge.
BATISTA; NEDER (2014)	Analisar os efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural (Índice FGT) no Brasil no período de 2001-2009.	De 2001 a 2009.	Pronaf; Indicadores de pobreza; Renda per capita; Índice de GINI.	Visando identificar os determinantes da variação da pobreza rural no Brasil, a abordagem econométrica do trabalho estimou duas elasticidades (renda domiciliar per capita-Pronaf e desigualdade de renda-Pronaf) a partir do montante de recursos monetários efetivamente concedidos pelo Pronaf aos Grupos A, B e A/C.	i) a elevação da renda per capita ou o decréscimo da desigualdade de renda tendem a reduzir a pobreza; ii) o efeito do Pronaf sobre a renda per capita média e a desigualdade de renda está condicionado às especificidades socioeconômicas das unidades de observação e iii) os gastos do Pronaf tendem a reduzir indiretamente a pobreza via elevação da renda média e da redução da concentração de renda.
SOUZA; NEY (2014)	Analisar a evolução da distribuição dos financiamentos do Pronaf entre as unidades da federação entre os anos de 1999 a 2009.	1999 a 2009.	Evolução da distribuição dos recursos entre os estados.	A análise da distribuição da agricultura familiar e dos recursos do Pronaf entre as Unidades da Federação foi feita com o emprego de indicadores de concentração e de desigualdade: a razão de concentração, o índice T de Theil e o índice Gini.	Observou-se que uma concentração dos financiamentos que privilegia principalmente os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina.

Quadro 2 – Resumo dos Trabalhos Aplicados. (conclusão)

Trabalho	Objetivo	Período	Variáveis	Método	Resultados
ALBUQUERQUE; COELHO; NÓBREGA; LACERDA; MARIBONDO (2005)	Avaliar o processo de integração entre pequenos agricultores e assentados da reforma agrária.		1) a aceitação do assentamento pela comunidade circunvizinha é maior quando os assentados são oriundos da mesma região; 2) a aceitação da comunidade circunvizinha ao assentamento pelos assentados é maior quando estes são oriundos da mesma região; 3) os homens apresentam maior rejeição ao exogrupo do que as mulheres; 4) os casados apresentam maior rejeição ao exogrupo do que os solteiros; 5) o tratamento diferenciado estabelecido pelo Estado aos dois grupos dificulta a sua integração.	As respostas obtidas foram categorizadas através da técnica de análise de conteúdo.	O fator determinante para esta integração reside no modo como o governo central financia a produção, posto que, antes do Pronaf, era mais forte a presença de discursos conflituosos entre assentados e seus vizinhos pequenos agricultores.
AZEVEDO; PESSÓA (2011)	Visa discutir as ações do Estado por meio desse Programa, a partir de suas linhas de atuação, bem como analisar a distribuição de suas concessões de crédito regional e setorialmente.			Pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa em fontes secundárias, no intuito de obter dados e informações relevantes para a análise das relações sociais estabelecidas em meio a esse processo de concretização e espacialização desse Programa.	Pode-se notar em âmbito nacional, uma diminuição da disparidade regional brasileira, bem como a preocupação que o Programa tem demonstrado com os aspectos socioculturais locais e regionais, como forma de garantir que seus investimentos perpassem a dimensão econômica, mas valorize outras dimensões, a exemplo dos elementos culturais.
GUANZIOROLI (2007)	Tenta efetuar uma avaliação da eficiência e eficácia do PRONAF em gerar renda e melhoria de condições de vida para os agricultores familiares nos últimos dez anos	1995 a 2005.		Comparou as liberações de crédito com o custo das mesmas para o Tesouro.	Os pagamentos dos créditos não foram assegurados convenientemente pelas autoridades, já que precisaram conceder contínuas renegociações; Não existem, por exemplo, mecanismos de controle de saldos devedores por parte dos Bancos nem esses saldos são informados de forma transparente à sociedade.

Fonte: Elaboração própria.

3 METODOLOGIA

Conforme abordagem anterior, o objetivo do presente estudo é verificar se a distribuição dos recursos do Pronaf, ao longo das safras 2005/2006 até a safra 2014/2015, coincide com a distribuição territorial da agricultura familiar no país. Para tanto, estudo usa a seguinte metodologia:

A caracterização da distribuição geográfica da agricultura familiar no país tomará por base o número de estabelecimentos rurais de agricultura familiar e o percentual da área agriculturável alocada para a agricultura familiar, por município, conforme Censo Agropecuário IBGE 2006 (IBGE, 2006). Quanto a questão da distribuição dos recursos do Pronaf, são observados os créditos concedidos e o número de contratos, por município, disponibilizados por MDA (2016), desde a safra de 2005/2006 até a de 2014/2015.

Em um primeiro momento, é feita uma análise de estatística descritiva com o objetivo de evidenciar a evolução do programa. Em seguida, as variáveis: Número de estabelecimentos rurais de agricultura, Área dos estabelecimentos rurais familiares, Valores dos recursos do Pronaf e Quantidade de contratos do Pronaf, de todos os municípios são apresentados na forma de escala de cores sobre o mapa do Brasil, com o intuito de evidenciar as maiores concentrações. Para este fim, foi utilizado o programa computacional IpeaGEO.

3.1 Dados

Segue a seguir, o detalhamento das variáveis utilizadas neste estudo. O Quadro 3 apresenta resumo das variáveis.

Número de estabelecimentos rurais de agricultura familiar: Esta variável corresponde à quantidade de estruturas produtivas rurais identificadas como de agricultura familiar. Esta informação também pode ser apresentada de forma relativa, em relação ao total de estabelecimentos rurais. O uso desta variável se justifica na medida em que quanto maior o número de estabelecimentos de agricultura familiar, em relação ao total, maior seria a identificação do meio rural daquele município com a agricultura familiar. Esta variável é obtida do Censo Agropecuário IBGE 2006 (IBGE, 2006).

Área dos estabelecimentos rurais familiares: Esta variável corresponde à soma do tamanho das áreas produtivas rurais identificadas como de agricultura familiar em cada

município. Esta informação também pode ser apresentada de forma relativa, em relação ao total da área destinada a agricultura familiar. O uso desta variável se justifica na medida em que quanto maior a área de agricultura familiar em relação ao total das terras de mesma classificação, maior seria a identificação do meio rural daquele município com a agricultura familiar. Esta variável é obtida do Censo Agropecuário IBGE 2006 (IBGE, 2006).

Valores dos recursos do Pronaf: Esta variável corresponde à soma dos valores emprestados aos produtores rurais familiares de cada município por safra. Esta informação também pode ser apresentada de forma relativa, em relação ao total dos valores emprestados em cada região. O uso desta variável se justifica na medida em que quanto maior a soma dos recursos, maior a importância da agricultura familiar daquele município. Esta variável é obtida do relatório do MDA 2016 (MDA 2016).

Quantidade de contratos do Pronaf: Esta variável corresponde à quantidade de contratos fechados de cada município por safra. Esta informação também pode ser apresentada de forma relativa, em relação ao total dos contratos em cada região. O uso desta variável se justifica na medida em que quanto maior a soma dos contratos, maior a importância da agricultura familiar daquele município. Esta variável é obtida do relatório do MDA 2016 (MDA 2016).

Quadro 3 – Resumo das variáveis estudadas.

Variável	Descrição	Fonte
Número de estabelecimentos de agricultura familiar	Esta variável corresponde à quantidade de estruturas produtivas rurais identificadas como de agricultura familiar.	IBGE (2006)
Área dos estabelecimentos rurais de agricultura familiar	Esta variável corresponde à área de estruturas produtivas identificadas como de agricultura familiar.	IBGE (2006)
Valores dos recursos do Pronaf	Esta variável corresponde à soma dos valores concedidos pelo Pronaf.	MDA (2016)
Quantidade de contratos do Pronaf	Esta variável corresponde à quantidade de contratos feitos pelo Pronaf.	MDA (2016)

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Métodos de Análise

Segue a seguir a descrição dos métodos utilizados para analisar as variáveis:

Estatística descritiva: para fazer a análise da evolução do programa ao longo do período das safras de 2005/2006 a 2014/2015.

Plotagem: por meio de escalas de cores, sobre o mapa do Brasil das variáveis estudadas para cada município, com o objetivo de evidenciar distribuição e concentração. Quanto mais clara a cor, menor o valor, e quanto mais escura a cor, maior o valor.

Concentração: por meio do software IpeaGEO, foi feita a análise da concentração dos dados por município, o que gerou mapas do território brasileiro intercalado por meio de cores que evidencia a distribuição dos dados trabalhados. Segundo a descrição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, desenvolvedora do programa em questão, descreve ele, em sua página na internet, como um software gratuito, com funcionalidades estatísticas e de georeferenciamento.

Para a análise dos dados, foram feitos alguns cruzamentos das variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Valor médio: Esta análise corresponde ao valor médio dos contratos de cada município por safra. Esta análise também pode ser apresentada por região e por safra total anual. O uso desta análise se justifica que quanto maior o valor, maior a importância da agricultura familiar para o município ou para a área analisada. As variáveis utilizadas como cruzamento para a obtenção dessa análise foram: Valores dos recursos do Pronaf e a variável Quantidade de contratos do Pronaf.

Proporção da quantidade de estabelecimentos por contratos: Esta análise corresponde à quantidade média de contratos por cada estabelecimento rural familiar de cada município. Esta análise também pode ser apresentada por região. O uso desta análise se justifica que quanto maior a quantidade obtida, maior a importância da agricultura familiar para o município ou para a área analisada. As variáveis utilizadas como cruzamento para a obtenção dessa análise foram: Número de estabelecimentos rurais de agricultura familiar e a variável Quantidade de contratos do Pronaf.

Para a análise da concentração de dados, as informações foram tratadas conforme as seguintes descrições:

Distribuição dos estabelecimentos rurais familiares: esta análise corresponde à concentração de estruturas familiares rurais familiares por município. Esta análise também pode ser apresentada por região. O uso desta análise se justifica que quanto maior a quantidade obtida, maior a importância da agricultura familiar para o município ou para a área analisada. A variável utilizada para essa análise foi a: Número de estabelecimentos rurais de agricultura familiar, com a distribuição feita por meio do IpeaGEO.

Distribuição de área destinada para a atividade rural familiar: esta análise corresponde à concentração de terras destinadas para o uso da atividade rural familiar por município. Esta análise também pode ser apresentada por região. O uso desta análise se justifica que quanto maior área, maior a importância da agricultura familiar para o município ou para a área

analisada. A variável utilizada para essa análise foi a: Área dos estabelecimentos rurais familiares, com a distribuição da concentração feita por meio do IpeaGEO.

A fim de retirar as distorções causadas pela inflação, nos dados econômicos, foi utilizado o IGP-DI como índice. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, IGP-DI, é um índice calculado pela Fundação Getulio Vargas, FGV. O referido índice foi usado por conta da sua referência para correções de preços e valores contratuais.

4 RESULTADOS

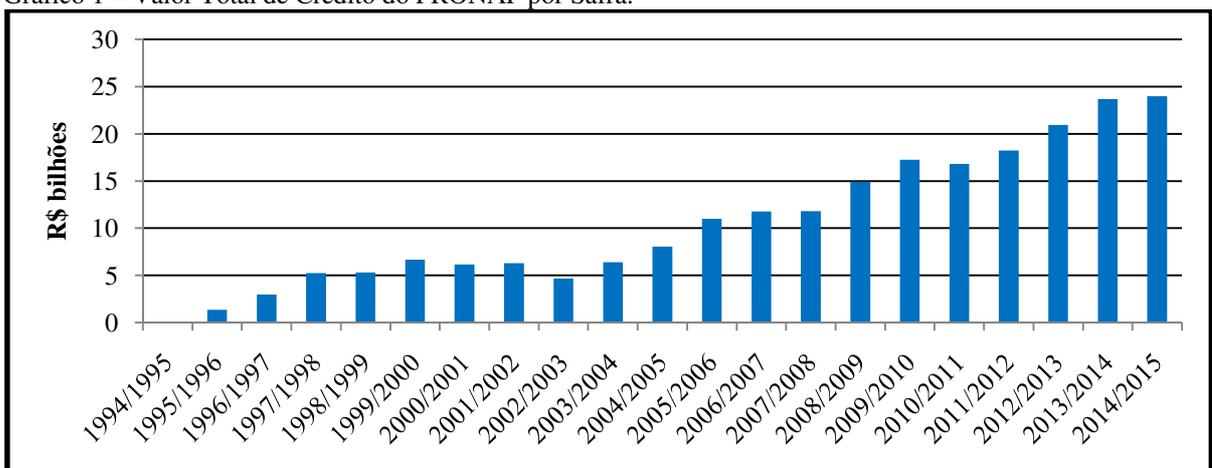
Nesta seção serão apresentados os resultados das análises das variáveis, conforme as descrições feitas na seção de metodologia. Cada análise é composta por gráficos e/ou mapas do território brasileiro contendo a concentração dos dados analisados, juntamente com comentários dos dados mostrados. Por último, há um resumo sobre os resultados obtidos.

4.1 Evolução do Pronaf

Os resultados das análises serão expostos tendo como variáveis básicas: os valores distribuídos, a quantidade de contratos, o valor médio dos contratos e a proporção da quantidade de contratos pela quantidade de estabelecimentos rurais familiares, tanto a níveis de regiões e municípios.

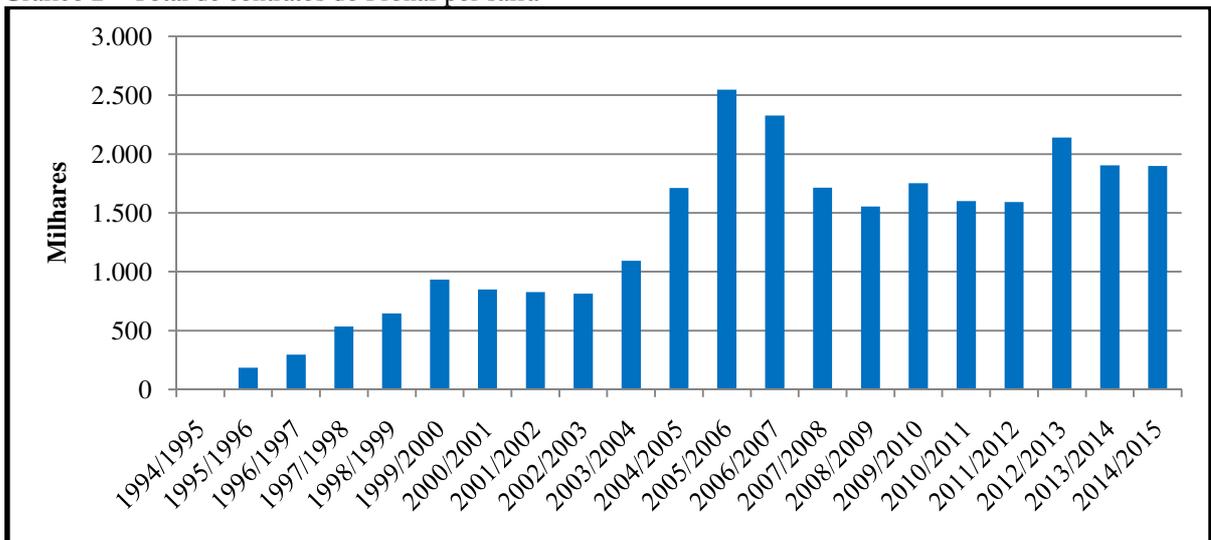
Instituído pela Resolução do Banco Central do Brasil, nº 2.191, de 24 de agosto de 1995, o Pronaf, a partir da safra 1994/1995, emprestou cerca de 158 bilhões de reais até a safra 2014/2015, ou 223 bilhões em valores atualizados, distribuídos em aproximadamente 27 milhões de contratos, conforme demonstra gráficos 1, 2 e 3:

Gráfico 1 – Valor Total de Crédito do PRONAF por Safra.



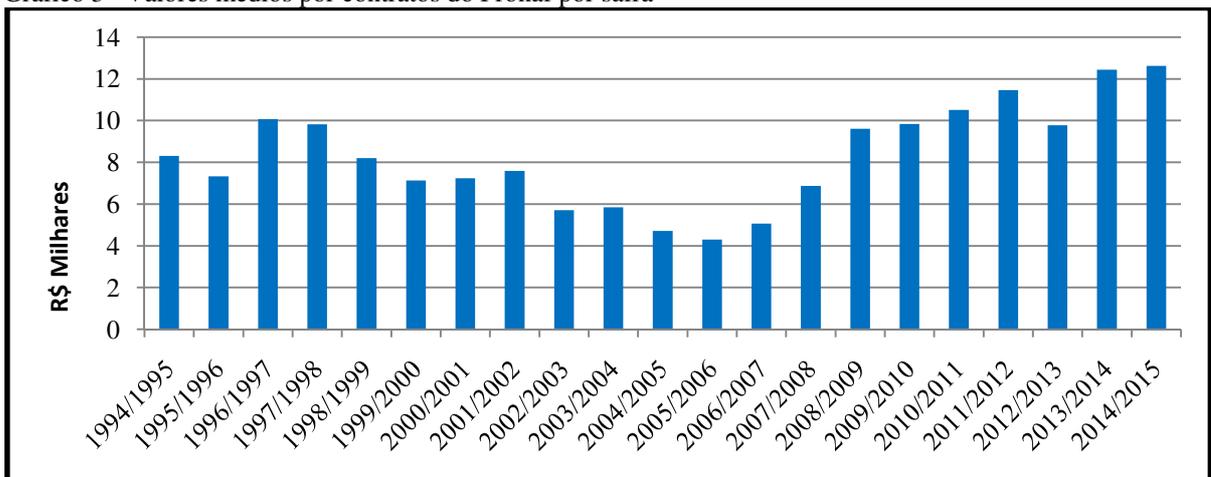
Fonte: Elaboração própria com base em dados de MDA (2016).

Gráfico 2 – Total de contratos do Pronaf por safra



Fonte: Elaboração própria com base em dados de MDA (2016).

Gráfico 3 – Valores médios por contratos do Pronaf por safra



Fonte: Elaboração própria com base em dados de MDA (2016).

É clara a evolução crescente na tomada dos recursos destinados ao programa, tomando como base o crescimento de dez anos, da safra 2004/2005 até a safra 2014/2015, tem-se um crescimento de quase 28 vezes do volume de crédito.

Mas, ocorreu uma leve oscilação no início da década de 2000, de cerca de 30% dos valores emprestados do período que compreende a safra de 1999/2000 até a safra 2002/2003.

Os contratos, mesmo mantendo tendência crescente, têm relevantes oscilações nas observações históricas, tendo o seu pico na safra 2005/2006, com cerca de 2,5 milhões de contratos.

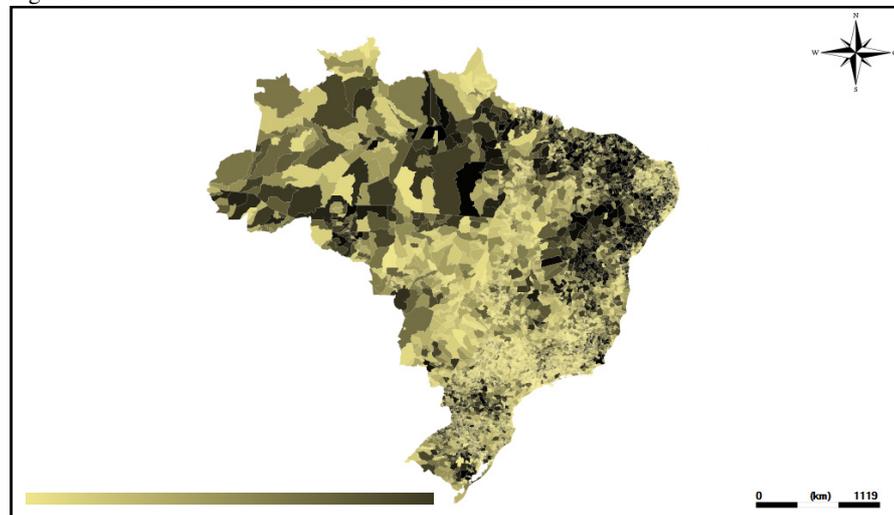
Fazendo o cruzamento das duas variáveis, tem-se o valor médio dos contratos, conforme mostra o gráfico 3, e observa-se que esses valores não mantêm comportamento constante ao longo do tempo, tendo como exemplo as safras de 1997/1998 e 2012/2013, onde os valores médios foram similares, mesmo tendo um intervalo de 15 anos entre os períodos.

4.2 Análise da distribuição da agricultura familiar

Conforme o Censo Agropecuário de 2006 foi constatado que o Brasil tem 5.175.489 estabelecimentos rurais, sendo que 4.367.902 são destinados para a agricultura familiar, o que corresponde cerca de 84% dos estabelecimentos rurais do país. Por outro lado, dos 329.941.393 hectares das terras rurais brasileiras, a agricultura familiar tem somente 80.250.453 hectares, o que representa um pouco mais de 24% das terras.

Em relação à distribuição dessas terras rurais familiares, a região Nordeste se destaca por ter 2.187.295 (50%) dos estabelecimentos rurais familiares e também por ter a maior área, com 28.332.599 hectares, o que corresponde a 35%. E a situação das demais regiões é a seguinte: Norte com 413.101 (9,4%), estabelecimentos e com uma área de 16.647.328 ha ou 20% das terras familiares. Sudeste com 699.978 (16%) estabelecimentos e com área de 12.789.019 ha (16%), Sul com 849.997 (19%) estabelecimentos e 13.066.591 hectares de área (16%) e a região Centro-Oeste com somente 217.513 estabelecimentos, o que corresponde a cerca de 5% e com uma área de 9.414.915 hectares (11%). Espacialmente distribuídos conforme os mapas a seguir:

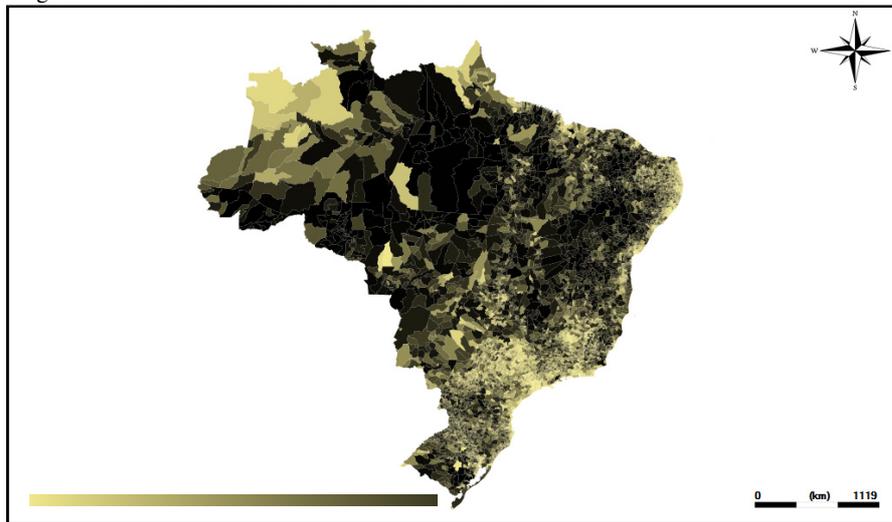
Figura 1 – Número de estabelecimentos rurais familiares



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2006)

A figura 1 representa a quantidade de estabelecimentos rurais familiares por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que têm menos estabelecimentos rurais familiares e os com a cor mais escura, são os que tem as maiores quantidades estabelecimentos.

Figura 2 – Área dos estabelecimentos rurais familiares



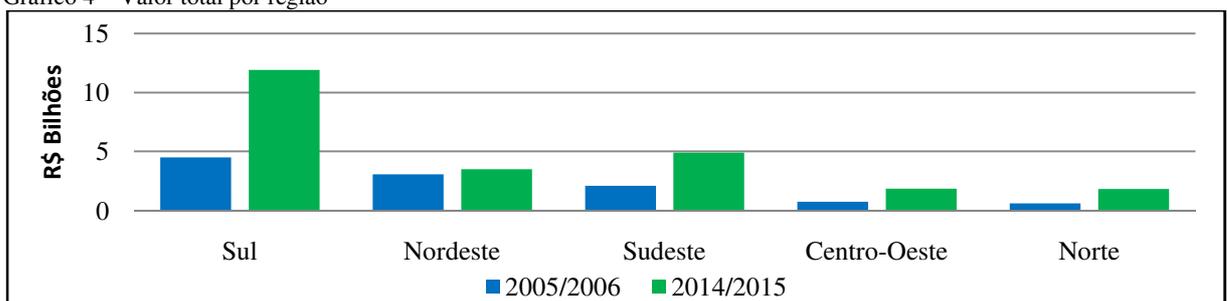
Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2006)

A figura 2 representa a área dos estabelecimentos rurais familiares por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que têm menos terras rurais familiares e os com a cor mais escura, são os que tem as maiores quantidades de terras.

4.3 Análise da distribuição dos recursos do Pronaf

Entrando no período de observação deste trabalho, a distribuição, por região, dos quase 11 bilhões de reais emprestados, em valores atualizados para junho/2015, na safra 2005/2006, e dos 24 bilhões na safra 2014/2015 ficaram da seguinte forma:

Gráfico 4 – Valor total por região



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

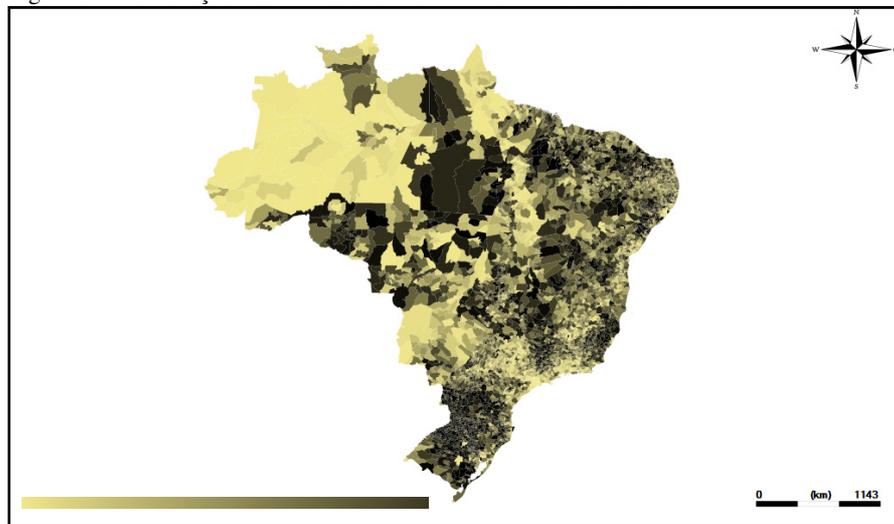
Tabela 1 – Valor total por região

Região	Safra 2005/2006	Safra 2014/2015
Sul	R\$ 4.490.442.475,05	R\$ 11.916.057.163,93
Nordeste	R\$ 3.067.149.055,08	R\$ 3.495.892.430,15
Sudeste	R\$ 2.077.546.554,27	R\$ 4.895.454.432,26
Centro-Oeste	R\$ 728.830.402,33	R\$ 1.853.928.916,21
Norte	R\$ 603.810.480,55	R\$ 1.801.685.772,63

Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

Valores estes, que foram distribuídos, espacialmente, da seguinte forma:

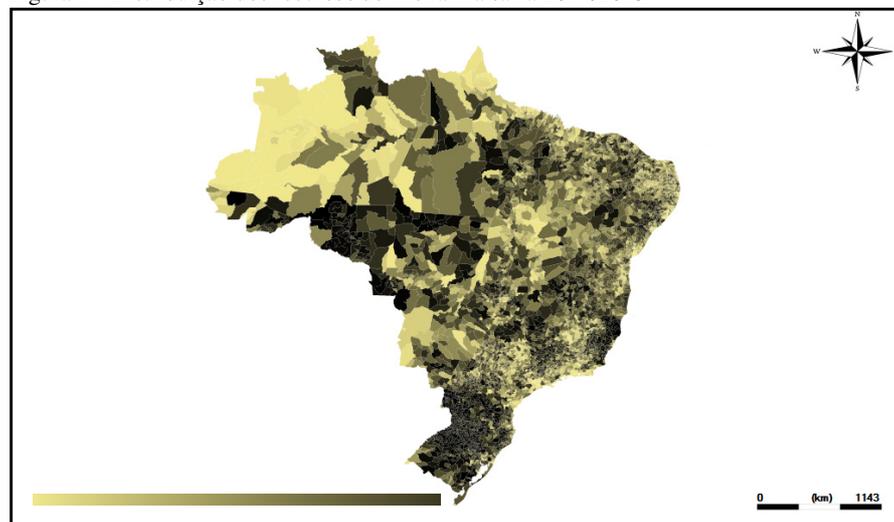
Figura 3 – Distribuição dos recursos do Pronaf na safra 2005/2006



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

A figura 3 representa a distribuição dos recursos do Pronaf na safra 2005/2006 por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que receberam menos recursos e os com a cor mais escura, são os que receberam mais recursos.

Figura 4 - Distribuição dos recursos do Pronaf na safra 2014/2015



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

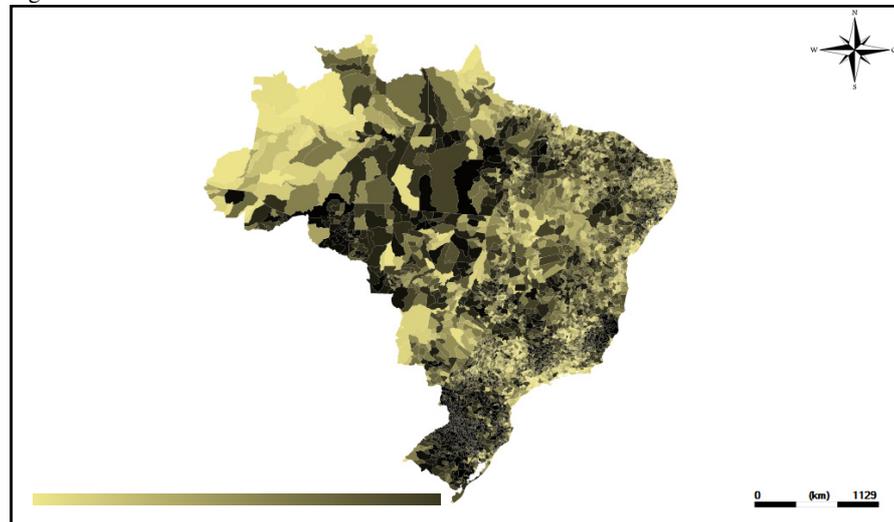
A figura 4 representa a distribuição dos recursos do Pronaf na safra 2014/2015 por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que receberam menos recursos e os com a cor mais escura, são os que receberam mais recursos.

Nota-se que tanto na safra 2005/2006 e na 2014/2015 foi a região Sul que recebeu a maior parte dos recursos e ainda aumentou, no período, o aporte de recursos em cerca de 260%, com destaque para a safra 2014/2015 em que recebeu mais do que o dobro da região sudeste, mesma ela sendo somente a 4ª região do país em área agrícola familiar. Por lógica, a região Nordeste, que deveria receber a maior parte dos recursos, por ter mais estabelecimentos e por ter, também, a maior área, ficou em 2º lugar na safra 2005/2006 e na 2014/2015 em 3º, sendo passada pela região sudeste.

Observando a distribuição no mapa, na evolução da safra de 2005/2006 para a de 2014/2015, observa-se uma maior concentração de recursos na região Sul, pulverização na distribuição na região Norte, saída de recursos da região Nordeste e pouca mudança na distribuição das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Fazendo o somatório dos recursos desde a safra 2005/2006 até a de 2014/2015, tem-se a seguinte distribuição:

Figura 5 – Valores totais desde a safra 2005/2006 até 2014/2015



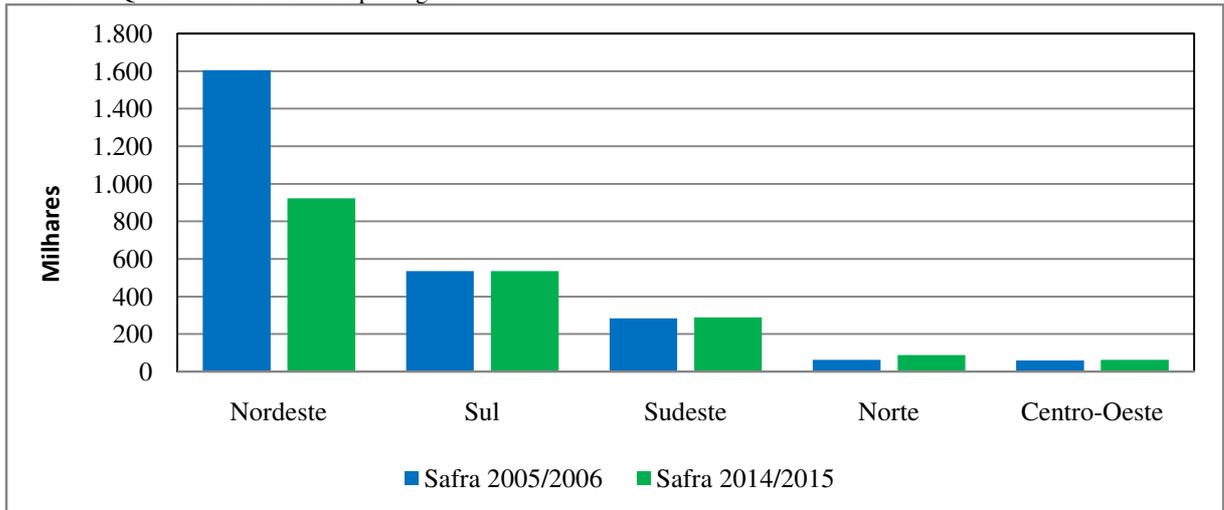
Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

A figura 5 representa o somatório da distribuição dos recursos do Pronaf desde a safra 2005/2006 até a safra 2014/2015, por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que receberam menos recursos e os com a cor mais escura, são os que receberam mais recursos.

Observa-se, ainda, a hegemonia da região Sul na tomada dos recursos, mas a região Norte ganha destaque, pois nota-se uma ótima distribuição nessa parte do país. Entretanto, a região Nordeste não consegue ter o merecido destaque, tomando como parâmetro a quantidade de estabelecimentos rurais familiares e a área deles.

Olhando pela ótica da quantidade de contratos, tem-se a seguinte situação:

Gráfico 5 – Quantidade de contratos por região



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

Tabela 2 – Quantidade de contratos

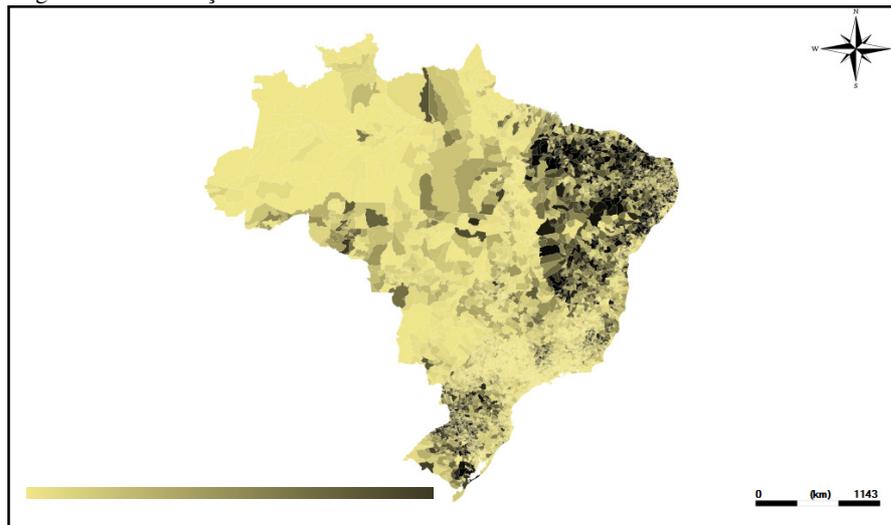
Região	Safra 2005/2006	Safra 2014/2015
Nordeste	1.605.183	922.647
Sul	535.093	535.759
Sudeste	283.888	288.809
Norte	62.989	88.755
Centro-Oeste	59.364	63.090

Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

Já pela ótica da quantidade de contratos, a região Nordeste é a região com a maior quantidade, mesmo tendo uma queda de cerca de 42% no período analisado. Na contramão da região Nordeste, a região Norte teve um crescimento de cerca de 40%, mas mesmo assim a participação dessa região, em relação ao total é de 5,5%.

Vendo pela distribuição nos mapas, a situação é a seguinte:

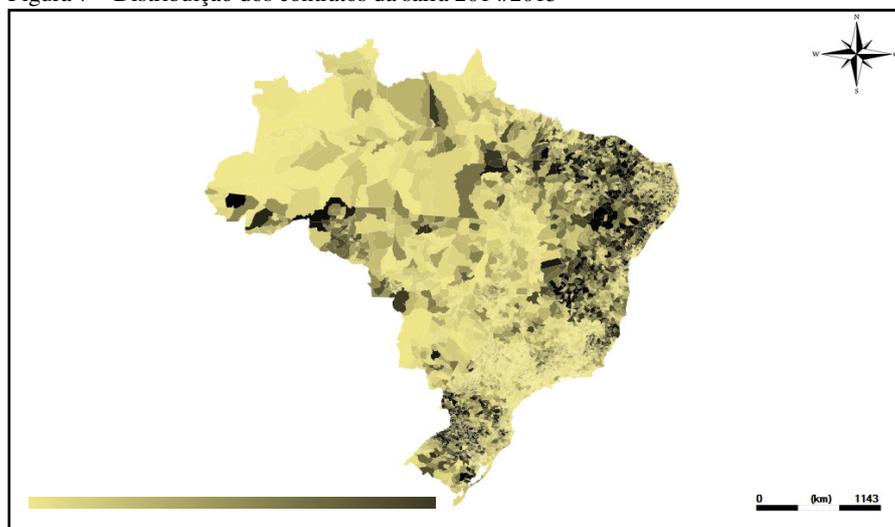
Figura 6 – Distribuição dos contratos da safra 2005/2006



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

A figura 6 representa a distribuição dos contratos do Pronaf da safra 2005/2006 por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que receberam menos recursos e os com a cor mais escura, são os que receberam mais recursos.

Figura 7 – Distribuição dos contratos da safra 2014/2015



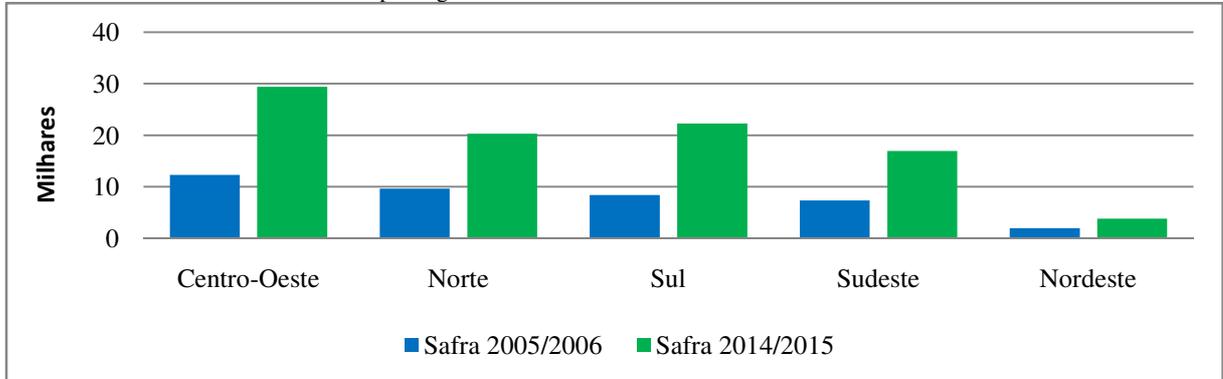
Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

A figura 7 representa a distribuição dos contratos do Pronaf da safra 2014/2015 por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que receberam menos recursos e os com a cor mais escura, são os que receberam mais recursos.

Vendo a distribuição geograficamente, percebe-se a hegemonia da região Nordeste e uma considerável concentração na região Sul, em relação aos contratos. Também se consegue notar uma pequena evolução em áreas isoladas do Norte no Brasil e não sendo possível observar, comparativamente, outro aspecto relevante em outras regiões do país.

Agora, fazendo o cruzamento dos recursos distribuídos com a quantidade de contratos, a situação é essa:

Gráfico 6 – Valor médio dos contratos por região



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

Tabela 3 – Valor médio dos contratos por região

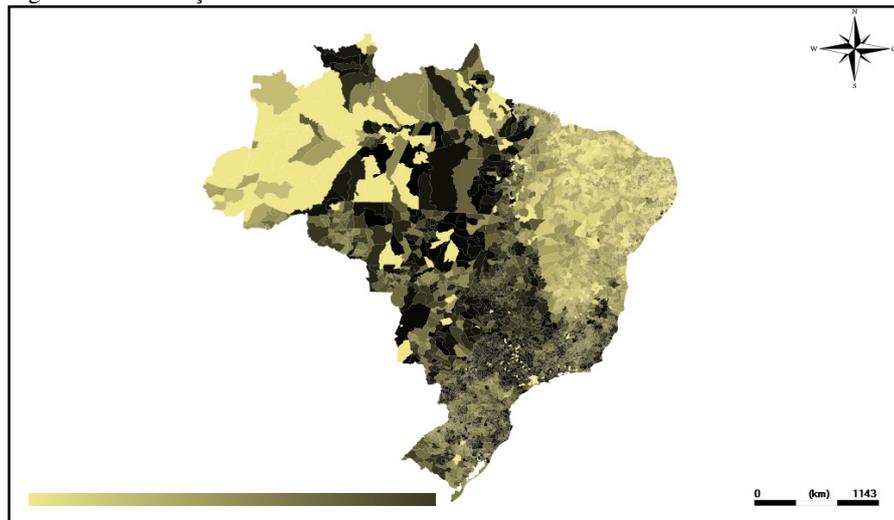
Região	Safra 2005/2006	Safra 2014/2015
Centro-Oeste	R\$ 12.277,31	R\$ 29.385,46
Norte	R\$ 9.585,97	R\$ 20.299,54
Sul	R\$ 8.391,89	R\$ 22.241,45
Sudeste	R\$ 7.318,19	R\$ 16.950,49
Nordeste	R\$ 1.910,78	R\$ 3.788,98

Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

Neste contexto, se observa uma expressiva evolução nos valores médio na comparação desses dois períodos, com destaque para a região Centro-Oeste que apresenta o maior valor médio dos contratos, tanto na safra 2005/2006 e na de 2014/2015, apresentando ainda uma alta de 139% no período.

Olhando as distribuições dos valores médios por municípios nos mapas do Brasil, a distribuição apresenta os seguintes aspectos:

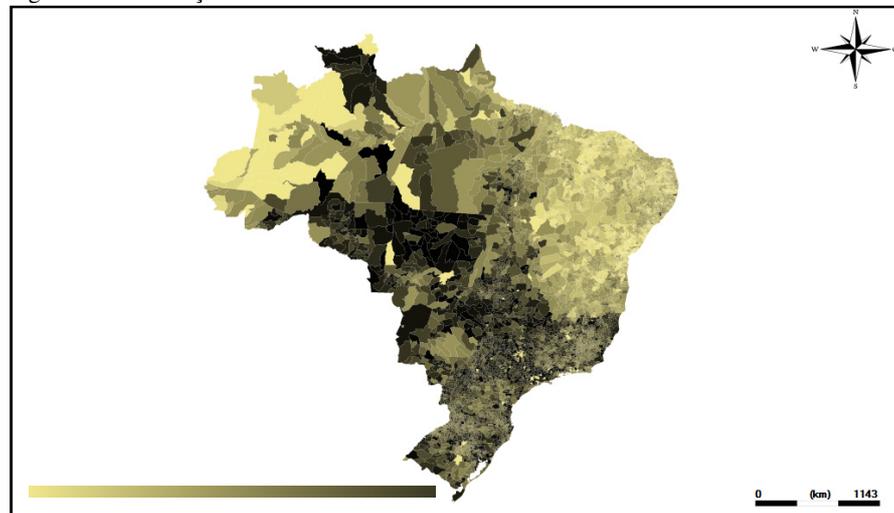
Figura 8 – distribuição dos valores médios dos contratos da safra 2005/2006



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

A figura 8 representa a distribuição dos valores médios dos contratos do Pronaf da safra 2005/2006 por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que receberam menos recursos e os com a cor mais escura, são os que receberam mais recursos.

Figura 9 – distribuição dos valores médios dos contratos da safra 2014/2015



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016)

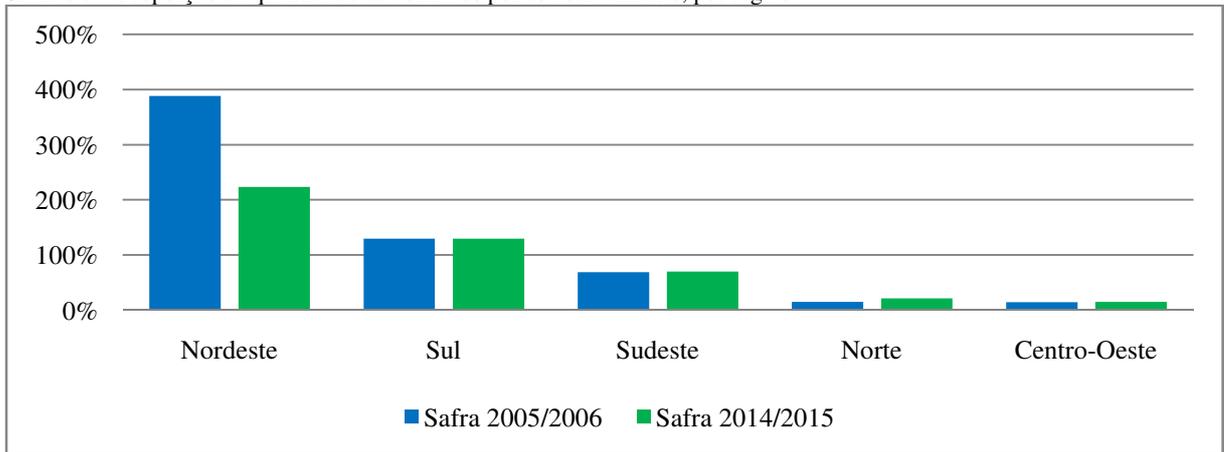
A figura 9 representa a distribuição dos valores médios dos contratos do Pronaf da safra 2014/2015 por município, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que receberam menos recursos e os com a cor mais escura, são os que receberam mais recursos.

O destaque, já dito anteriormente, fica pela baixa representatividade da região Nordeste, tanto que não apresenta mudança significativa no período analisado.

As mudanças mais nítidas ficam para a desconcentração dos valores na região Norte e o surgimento de um limite nítido entre a região Sudeste e Nordeste.

Agora, tendo o foco por outro aspecto, analisando a proporção, em porcentagem, da quantidade contratos por estabelecimento rural familiar, a situação é esta:

Gráfico 7 – Proporção da quantidade de contratos por estabelecimento, por região



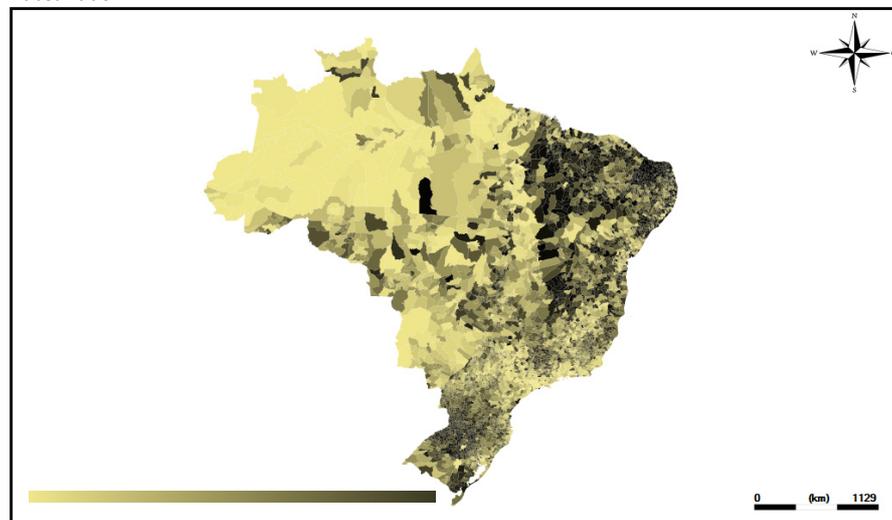
Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016) e IBGE (2006)

Primeiramente, tem-se uma situação peculiar, as regiões Nordeste e Sul têm mais de um contrato por estabelecimento familiar, chegando a quase 400% na região Nordeste na safra 2005/2006.

Exceto pela grande amplitude da região Nordeste, as demais regiões não apresentaram grandes variações, mantendo-se quase estáveis.

Partindo para a demonstração geográfica, tem a seguinte distribuição:

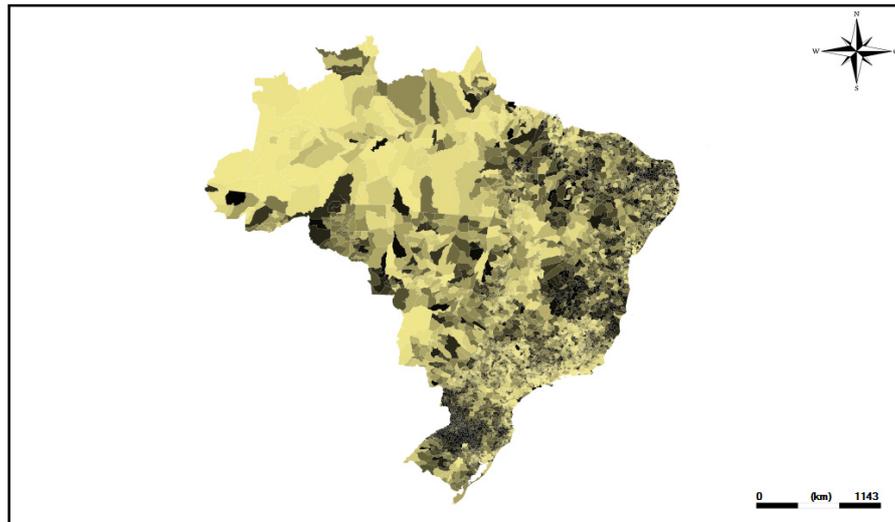
Figura 10 - Proporção da quantidade de contratos por estabelecimento, por região na safra 2005/2006



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016) e IBGE (2006)

A figura 10 representa a distribuição por município da proporção da quantidade de contratos do Pronaf, na safra 2005/2006, por estabelecimento, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que tiveram a menor proporção e os com a cor mais escura, são os que tiveram a maior proporção.

Figura 11 - Proporção da quantidade de contratos por estabelecimento, por região na safra 2014/2015



Fonte: Elaboração própria com base em MDA (2016) e IBGE (2006)

A figura 11 representa a distribuição por município da proporção da quantidade de contratos do Pronaf, na safra 2014/2015, por estabelecimento, onde, conforme a escala de cor, os municípios com as cores mais claras são os que tiveram a menor proporção e os com a cor mais escura, são os que tiveram a maior proporção.

Comparando os números com a distribuição geográfica, observa-se que mesmo tendo uma relação estabelecimentos/contratos alta, a região Nordeste concentra esses contratos somente em algumas parcelas de municípios, isso fica mais nítido com a comparação das duas safras.

4.4 Resultado – comentário

Analisando os dados apresentados, podem-se chegar as seguintes conclusões sobre a alocação dos recursos do Pronaf:

A área dos estabelecimentos rurais familiares segue de forma uniforme por quase todo o país, o porém fica em relação a quantidade de estabelecimentos rurais, onde a maior parte

fica localizada na região Nordeste, então para a correta distribuição dos recursos, adotada com fator relevante nesse estudo, deve ser levado conta esse fator.

Analisando a distribuição dos recursos por região, chegou-se a conclusão de que a região Sul é a que mais recebe recursos do programa, sendo este dado já constado por outros trabalhos, como o de Souza, Ney e Ponciano (2014), e as regiões Norte e Centro-Oeste tendo recebido os menores valores.

Em relação à distribuição dos contratos, a região Nordeste mostra o seu expressivo destaque nesse quesito, não sendo nenhuma surpresa este fato, pois é esta região que apresenta a maior quantidade de estabelecimentos rurais familiares.

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam quantidades muito pequenas de contratos em relação às demais. Mas estes dados são condizentes, pois elas apresentam a menor quantidade de estabelecimentos familiares por região.

Cruzando os dados da destinação dos recursos com a quantidade dos contratos, obtendo-se os valores médios, são claros os valores baixos dos contratos da região nordeste e tendo como destaque a região Centro-Oeste, que apresentou, comparativamente, valores-médios altos em relação às outras regiões, mesmo tendo recebido poucos recursos e tendo poucos contratos.

Analisando a proporção de contratos por quantidade de estabelecimentos rurais familiares, chega-se a grande proporção de quase quatro contratos para cada estabelecimento na região Nordeste na safra 2005/2006 e de um pouco mais de dois contratos na safra 2014/2015 e seguindo o mesmo caminho, a região Sudeste apresentando um resultado de quase 1,3 contratos por estabelecimento nos dois períodos analisados. Sendo as demais regiões apresentando resultados abaixo de 100%.

Portanto, de forma resumida, a análise das variáveis apresentou seguintes conclusões:

- A região Sul recebe a maior parte dos recursos;
- A região Nordeste faz a maior quantidade de operações;
- A região Centro-Oeste apresenta o maior valor médio por contrato;
- A região Nordeste apresenta a maior quantidade de contratos por estabelecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou variáveis que demonstrassem se os recursos do distribuídos pelo Pronaf estão sendo alocados de forma correta pelo Governo Federal. Através dos dados fornecidos pelo Censo Agropecuário de 2006, estabeleceu-se como parâmetro para avaliar a alocação, a quantidade de estabelecimentos rurais familiares.

Era esperado que as variáveis apresentassem resultados plausíveis com a distribuição geográfica das terras rurais brasileiras, mas os resultados foram distintos. Partindo desses resultados, deve buscar tentar entender a razão de cada região do país apresentar características singulares para cada variável, principalmente o fato da região Nordeste apresentar quantidades de contratos maiores que as demais regiões do país, sendo ela a região com a maior quantidade de área destinada à agricultura familiar e com a maior quantidade de estabelecimentos rurais familiares do país.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia*. [João Pessoa], p. 81-88. set. 2004.
- ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de et al. Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. *Psicologia em Estudo*. Maringá, p. 499-506. AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Soc. & Nat.*. Uberlândia, p. 483-496. dez. 2011.
- Banco Central do Brasil, FAQ Pronaf. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.
- Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, Pronaf. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>>. Acesso em 02 de abril de 2016.
- BATISTA, Henrique Rogê; NEDER, Henrique Dantas. Efeitos do Pronaf Sobre a Pobreza Rural no Brasil (2001-2009). *Resr*. Piracicaba, p. 147-166. fev. 2015.
- NATIONS, Food And Agriculture Organization Of The United. *The State of Food And Agriculture: Innovation in family farming*. Rome: Fao, 2014. 161 p.
- FERREIRA, Victor Rodrigues et al. A fruticultura como alternativa para a produção familiar no âmbito do PRONAF nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabopoana-RJ. *Rev. Bras. Frutic*. Jaboticabal, p. 436-439. dez. 2003.
- GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- GIAMBIAGI, Fábio et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2011. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GUANZIROLI, Carlos E.. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Rer*. Rio de Janeiro, p. 301-328. abr. 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em 18 de abril de 2016.
- MAGALHÃES, André Matos et al. A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. *Econ. Aplic.* [s. L.], p. 57-74. mar. 2006.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sobre o Programa. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em 18 de março de 2016.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Cr%C3%A9dito%20Rural%20do%20Pronaf%202014-2015_0.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2016.

Portal Brasil, Entenda o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pronaf. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/entenda-o-programa-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>>. Acesso em 03 de abril de 2016.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro et al. Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: A Intenção de Pagamento do Crédito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. [s. L.], p. 44-52. ago. 2008.

SOUZA, Paulo Marcelo de; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Nivaldo José. Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009. *RBE*. Rio de Janeiro, p. 303-313. jul. 2011.